

MANOEL BOMFIM E DARCY RIBEIRO: DOIS PROJETOS DE BRASIL DE
SUPERAÇÃO DAS INJUSTIÇAS SOCIAIS COM
A EDUCAÇÃO POPULAR ATRAVÉS
DO *PEDAGOGIUM* E DOS CIEPS

José Geraldo dos Santos Junior¹

Resumo: Este é um estudo qualitativo, em que os objetivos do artigo referem-se ao desenvolvimento de idéias, concepções e análises sobre a educação popular na visão e atitude de Manoel Bomfim e Darcy Ribeiro. Os dados desta investigação foram retirados por meio de pesquisas bibliográficas e documentais. Entre os resultados foram observados os números alarmantes de analfabetismo sobre as pessoas não contempladas pela instrução popular e a marginalização dessas pessoas no desenvolvimento do país. Quando, no período anterior à criação do *Pedagogium* e a criação de CIEPs, o analfabetismo foi o fator predominante na vida da maioria dos brasileiros. A situação do analfabetismo trouxe reflexos na vida política e social da nação, que pela ausência de instrução primária adequada foi engessada e organizada pelas elites agrárias e centrais no período da criação da República (*Pedagogium*), e foi um dos Fatores determinantes para a inserção de meninos, jovens e adultos na criminalidade no período que antecedeu a criação dos CIEPs. A necessidade do confronto e / ou relação no projeto do *Pedagogium* e dos CIEPs revela a função social da instrução primária para enfrentar os problemas da exclusão das pessoas que vivem à margem da sociedade e iniciar o processo de recuperação por meio dos agentes públicos, que neste caso seria cumprido pelo papel de instruir por meio de indivíduos comprometidos com a causa pública em defesa de uma educação libertária como a alternativa mais viável para modificar o quadro social como acreditava Manoel Bomfim e Darcy Ribeiro.

Palavras-chave: Manoel Bomfim; *Pedagogium*; Instrução Popular; Darcy Ribeiro; CIEPs

Abstract: This is a qualitative study, where the aims of the article refer to the development of ideas, conceptions and analysis about the popular education in the vision and attitude of Manoel Bomfim and Darcy Ribeiro. The data of this investigation were withdrawn by means of bibliographic and documentary investigations. Between the results were observed the alarming numbers of illiteracy about the no contemplated people by the popular instruction and the marginalization of these people in the development of the country. Where in the previous period to the creation of *Pedagogium* and the creation of CIEPs, the illiteracy was the predominant factor in the life of the majority of the Brazilians. The situation of illiteracy brought reflections in the political and social life of the nation, that by the absence of suitable primary instruction was

¹ Graduado em Ciências Sociais pelas FIC/FEUC.

plastered and organized by the agrarian and central elites in the period of creation of the Republic (Pedagogium) and it was one of factors determinants for the insertion of boys, young and adults in the criminality in the period that preceded the creation of the CIEPs. The need of the clash and/or relation in the project of the Pedagogium and of the CIEPs reveals the social function of the primary instruction to confront the problems of the exclusion of people that live the margin of the society and initiate the process of rescue by means of the public agents, that in this case would fulfilled by the paper of instruct by means of committed individuals with the public cause in defense of a libertarian education like the most viable alternative to modify the social picture like believed Manoel Bomfim and Darcy Ribeiro.

Keywords: Manoel Bomfim; Pedagogium; Popular Instruction; Darcy Ribeiro; CIEPs

Introdução

Neste artigo me proponho a desenvolver um resumo de minha monografia acerca do tema que discute dois projetos de superação das injustiças sociais por meio da educação popular. Os projetos de minha pesquisa são respectivamente, o Pedagogium e os CIEPs, onde as participações efetivas de Manoel Bomfim e Darcy Ribeiro nas propostas de políticas públicas foram no intuito de redesenhar o quadro da educação para as mazelas dos mais humildes de nosso povo. Em períodos cronológicos bem distantes e distintos entre eles.

O Pedagogium foi criado no Rio de Janeiro pelo governo federal em 1897, mas foi na longa gestão do educador Manoel Bomfim que nos detemos. Até porque Bomfim acumula o cargo de diretor da Escola Normal da República e influenciará várias gerações de professores primários brasileiros. No contexto de criação da República Velha, num país dominado por Oligarquias latifundiárias e com altíssimas taxas de analfabetismo aliadas as práticas do coronelismo nas grandes extensões de terras no interior do país que impossibilitava a expansão da instrução primária. Já o contexto social e político de criação dos CIEPs foram marcados por um período contemporâneo ao final da ditadura civil-militar brasileira, o Estado do Rio de Janeiro apresentava uma crise aguda na educação popular, onde a educação se predispunha a um caráter antipopular e meritocrático, não abrindo suas portas para resolver as necessidades dos mais ausentes de instrução conforme Darcy Ribeiro nos sinaliza em sua obra *O Livro dos CIEPs, 1986*.

Nos dois projetos visualizamos concepções e objetivos iguais, que apontam para questões importantes para atualização do debate sobre a situação da educação pública, questões tais como: a valorização da instrução primária, a importância dos direitos básicos

para se estudar e a estrutura para professores e profissionais competentes na área educacional para efetivarem suas ações no intuito de fornecer uma educação de ponta para os que mais precisam.

Método

Trata-se de um estudo descritivo, que por meio de uma direção metodológica qualitativa e por intermédio de análises documentais e bibliográficas conseguiu estabelecer as pontes necessárias para a execução do trabalho.

A pesquisa em si se baseou em dois centros de estudos de perspectivas educacionais no país, o Pedagogium, e os CIEPs. Ambos sediados no atual estado do Rio de Janeiro. Onde a atuação dos profissionais da área de educação e ensino são caracterizados pelos mentores dos dois projetos como os encarregados de transmitir com qualidade a instrução primária, por meio de um sistema que lhes concederiam o respaldo para tal exercício de função.

Encontra-se a base desse estudo nas análises de Manoel Bomfim, o último diretor do Pedagogium e Darcy Ribeiro. O segundo mencionado por sua vez teve pleno amparo do Governador do RJ, Leonel de Moura Brizola para construir e executar as funções do CIEPs na Unidade Federativa com a intenção de expandi-los para o país por meio dos governantes que se interessassem pelo projeto.

Os dados foram coletados de revistas, artigos, livros, análises e pesquisas que buscaram colocar em questão a funcionalidade de experiências educacionais de cunho popular no país. Muitos projetos positivos para tal análise foram encontrados, porém, a igualdade na concepção dos dois projetos em questão neste artigo evidencia uma relação de continuidade ao projeto anterior que deve ser prestada a devida atenção.

1 A situação educacional (1889-1930)

A proposta em relacionar e expor estes dois projetos que veio da análise dos objetivos em comum de almejar melhorias na educação do povo das classes menos favorecidas. Neste sentido, ambas as propostas tiveram a intenção de criar a “crença” para os educadores, os governantes e os demais interessados de que para acabar com as estruturas de pobreza e dominação do povo mais carente, que ainda são atuais, projetos como estes devem ser detalhados e observados minuciosamente pelos órgãos competentes. E que a partir disto, governos honestos em momento algum deveriam se ausentar do caminho tomado para a transformação educacional da população brasileira oriunda das camadas sociais mais

necessitadas. Por meio da instrução popular regida com qualidade, maturidade, honestidade e carinho, conforme Manoel Bomfim nos detalhou em suas obras acerca da instrução popular.

A situação educacional no período republicano brasileiro foi organizada e promovida para a população brasileira que passava por um importante movimento de transição do Estado Monárquico para o Estado Republicano. Este foi um período de novidades, ainda que tardia no que diz respeito a República de homens livres pós-abolição da escravidão no país. Bomfim (1931), como outros autores se desdobraram em pesquisas acerca do tema da universalidade da educação para que pudéssemos ter uma noção realista sobre o quadro educacional do momento e a sua qualidade. E que para assim tivéssemos a possibilidade de encontrarmos nossas falhas e as resolvêssemos a tempo de não sacrificarmos as gerações seguintes no contexto da educação.

O primeiro homem público responsável pelos assuntos ligados ao tocante de nossa educação no período republicano seria Benjamin Constant (1833-1891). Dentre suas propostas ligadas a educação podemos citar a liberdade e laicidade do ensino e a gratuidade da escola primária no país. Estas reformas visavam a transformação do ensino no país, a preparação para alunos a cursos medianos seriam superadas pela perspectiva de formar alunos para os cursos superiores. Outra proposta de Constant foi notabilizada pela substituição da predominância literária para a predominância científica nas escolas. Entretanto, em minhas leituras notei que após a demissão de Benjamin Constant do cargo, em 1889 a sua proposta foi posta em conflito de idéias pelas atitudes descentralizadoras da República da Espada, onde a liberdade concebida aos estados da federação na forma de tocar a educação, aliada a falta de gerência e fiscalização da esfera federal contribuíram para o retrocesso da política educacional. Esta não intervenção da União será vista e notoriamente criticada por Manoel Bomfim, conforme veremos mais a frente no artigo.

No primeiro momento, o que podemos destacar é o quadro de extrema carência no campo educacional para a grande massa populacional do País. O legado deixado pelo Império no âmbito da instrução pública refletiu-se na República, onde a estrutura mínima aliada a falta de planejamento, escassez de recursos, pouco entusiasmo dos detentores do poder e a relação de interesses em fazer valer o *status quo* para manter a massa “inculta e incaracterizada” (BOMFIM, 1931). Manoel Bomfim, por sinal, nos serviu de grande fonte de pesquisa neste trabalho acadêmico, pois podemos classificar que o desastre da educação popular no período republicano esteve intimamente ligado a esta herança do Período Imperial onde a massa de analfabetos era bastante acentuada e sem movimentos educacionais eficazes para com as gerações futuras. E isto propagou a crescente taxa de analfabetos que “engoliam”

estatisticamente o número de letrados. No entanto, este é apenas um dos pilares da realidade educacional do período citado.

Podemos ter a compreensão de que, a República atendeu a anseios tanto dos militares, que objetivaram participação maior nas decisões dos rumos do país e de fazendeiros, tais como latifundiários e escravocratas que se sentiram desprivilegiados com a lei áurea de 1888, mas que ainda assim encontraram possibilidades reais de manter essa população, antes escrava e agora liberta, aos seus domínios. E esse é o ponto chave sobre a situação educacional na República. Onde as oligarquias estaduais incentivadas pelas atitudes de distanciamento da União em relação à gerência da Educação e a sua fiscalização nos estados propiciou a carta branca para os latifundiários serem os mediadores em organizar a forma como tais atitudes sobre a instrução popular seriam realizadas nas suas áreas de influência política (BOMFIM,1931). Essa realidade apenas acentuou as disparidades educacionais entre as classes, pois não se buscou um processo de transformação social, e sim um processo de acrescer na falta de instrução o mecanismo de dominação necessário para a contenção de toda e qualquer insurreição que buscasse alterar a ordem já estabelecida entre militares e latifundiários (AGUIAR, 2000).

Esta descentralização Republicana na questão educacional seria criticada por Manoel Bomfim, em seu livro *Cultura e Educação do Povo Brasileiro, 1931*. Onde o escritor sergipano enfatiza que esta ingerência na instrução popular do país estaria ligada de forma flagrante a aversão a centralização da República. Em contraposição a centralização, A União pôs a educação a cargo dos estados, e com isto a não contribuição para a expansão da instrução popular no território nacional. A instrução escolar de setores populares foi vista por Bomfim como a atitude que “nos legou o Brasil que hoje temos atrasado, sem compreensão dos seus destinos, sem vontades e entusiasmos” (1931, p.57). A educação se apresentava de forma descentralizada, improdutiva, conservadora e alienante, cuja influência política, e, por conseguinte das elites agrárias ditavam os rumos de uma instrução que não se propunha a modificar o quadro de pobreza e ignorância de sua população (AGUIAR, 2000).

Essa geração de desigualdade e injustiça provocada por uma improdutividade no campo educacional, muito embora provocada pelo distanciamento das responsabilidades governamentais encampadas por seus agentes militares e pelas elites agrárias. Esta situação levou Bomfim a retomar os exemplos de países mais desenvolvidos economicamente em que os Republicanos tanto se espelhavam, como a Inglaterra, os EUA e a França. A proposta brasileira estava posicionada num caráter antipopular, onde não se poderia compreender onde tal República poderia se prestar dentre nós e estes países exemplificados a total

despreocupação com a instrução primária, tão básica e fundamental entre nós. Onde não se tem a informação do que se aprende e nem do que se ensina, onde a ignorância por si só já se iniciou na forma de instruir o nosso povo. Uma educação ignorante de sua nação. Desta forma podemos resumir com base no que capturamos sobre instrução popular em Manoel Bomfim (1931).

A finalizar esta situação educacional, nos prestamos a citar Bomfim no contexto do período em que Bomfim questiona o passo de termos uma república espelhada em nações desenvolvidas, mas que não busca a instrução de sua pátria, quando ele resume a instrução popular do momento acentuando-se a uma crise social, quando o autor nos indica que:

(...) E o que está naturalmente indicado para isto, como o mais conforme à nossa situação especial, à nossa crise social é desenvolver unificando e nacionalizando a escola primária – questão urgentíssima para a República e Pátria. De que nos serve decretar o regime das liberdades se não sabemos compreendê-lo?... A liberdade não se cria pela virtude mirífica das leis: enquanto a maioria dos brasileiros não estiver no caso de compreender os seus direitos e deveres cívicos, só teremos o governo da Nação como a expressão de um poder pessoal. (BOMFIM, 1931, p.58)

Bomfim nos faz entender que, a liberdade da qual se fazia necessário naquele momento era a liberdade que somente a educação com o objetivo de nos tornarmos autônomos e libertos das entranhas de um país ainda dominado por ex-escravocratas. Manoel Bomfim, um estudioso da educação brasileira que focou sua análise na alarmante taxa de analfabetismo brasileiro, desdenhou a possibilidade de se ter democracia e cidadania em um Brasil que apenas 15% dos homens adultos eram alfabetizados e podiam participar do processo eleitoral de nosso país. Ele acreditava que somente com um extraordinário esforço das autoridades e das pessoas de bem do país que tinham uma formação intelectual formal satisfatória poderiam alterar a indigência da instrução de milhões de brasileiros pobres. Ainda a frente do *Pedagogium*, Bomfim acreditou na superação da pobreza e do atraso do Brasil através da educação. Entretanto nas suas últimas obras sociológicas “O Brasil na América” (1929), “O Brasil na História” (1931), “O Brasil Nação” (1931), ele já descartava esta hipótese para o avanço do Brasil acreditando apenas em uma revolução para mudar o nosso país. Manoel Bomfim defendeu “*Uma revolução nacionalista e popular*” (AGUIAR, 2000).

2 *Pedagogium*, uma proposta republicana de educação

Antes de falarmos sobre o *Pedagogium* e suas propostas trataremos de fazer uma breve, porém justa passagem pelo seu idealizador, o político baiano Rui Barbosa. Barbosa rastreou as inovações na área educacional pelo mundo afora, sobretudo na Europa e, teve na

França o modelo que inspirou o Museu pedagógico brasileiro. O parlamentar baiano também propôs a introdução da Sociologia na educação básica antes da França conforme Celso Machado cita na sua pesquisa sobre a história do ensino da Sociologia na escola secundária brasileira de 1986.

O *Pedagogium* saiu do papel via decreto número novecentos e oitenta, datado no dia oito de novembro e no ano de mil, oitocentos e noventa. Aprovada pelo Presidente Marechal Deodoro da Fonseca e assinada pelo General de brigada Benjamin Constant.

O *Pedagogium* foi um projeto criado em virtude da reforma do ensino realizada por Rodolfo Dantas e idealizado por Rui Barbosa em 1882 e elaborada por diversos intelectuais como Franklin Dória. Nota-se aqui, a clara preocupação dos intelectuais citados até então na importância da instrução popular de qualidade. De forma que pudéssemos suprimir as carências sentidas pelo povo brasileiro na educação popular.

Rui Barbosa enfatiza em suas passagens, o papel do Estado com a educação nesse processo de nos retirar do quadro de ignorância. Onde Rui Barbosa nos traz em sua passagem o dever do Estado frente à instrução popular.

A chave misteriosa das desgraças que nos afligem é esta, e só esta: a ignorância popular, mãe da servilidade e da miséria. Eis a grande ameaça contra a existência constitucional e livre da nação, eis o formidável inimigo, o inimigo intestino, que se asila nas entranhas do País. Para o vencer, releva instaurarmos o serviço da defesa nacional contra a ignorância, serviço a cuja frente incumbe ao parlamento a missão de colocar-se, impondo-se intransigentemente à tibieza dos nossos governos e cumprimento do seu supremo dever para com a pátria (BARBOSA, 1947b, p. 121-122).

O *Pedagogium* surgiu em 1890, e sua função consistia em informar a administração pública e pessoal docente a respeito do que se tem feito e do que se faz no Brasil e no estrangeiro, em matéria de instrução primária e secundária; para desenvolver e fortificar os conhecimentos que o professor primário deve possuir afim de exercer a função de educador do povo; para agregar os professores, estreitando-lhes as relações fraternais e combatendo todas as causas que possam concorrer para destruir o espírito de classe, a solidariedade profissional. Segundo o editorial da Revista Pedagógica, número 6 de 15 de março de 1891.

Enquanto ativo nos anos de 1890 até 1919, o *Pedagogium* obteve dois diretores. O Doutor Joaquim M. Vieira e posteriormente Manoel Bomfim. No período de administração dos dois diretores as propostas que foram criadas para as melhorias na instrução popular foram extensas, entre elas podemos citar. Os cursos de aperfeiçoamento e de curta duração acerca de matérias que se lecionava nas cercanias do Museu Pedagógico. Sendo estas: física,

química, trabalhos manuais, história, matemática, pedagogia, história natural e agronomia. (AGUIAR,2000).

Podemos fazer referência também a Revista Pedagógica, a mesma se notabilizou por ter prestado um papel de portador de propostas e discussões que visavam recorrer à quebra de estruturas e paradigmas na nossa educação naquele período (BASTOS, 2000). A revista foi distribuída gratuitamente aos professores do ensino primário e secundário dos colégios públicos, à imprensa e aos estabelecimentos públicos de instrução, nacionais e estrangeiros o que viabilizou a sua divulgação e contribuição para a expansão de novas idéias na educação brasileira. Manoel Bomfim também publicou matérias na Revista Pedagógica e destacou ideias como a nacionalização da escola e o papel da União na instrução básica.

3 *Pedagogium*, com vista na educação brasileira

Em 1906, Bomfim criou um importante aliado da educação brasileira, o laboratório de Psicologia Experimental do *Pedagogium*, um lugar onde se objetivava discutir, na prática, novas formas de ensino e se produziu conhecimento ligado a área que pudesse contribuir ao alcance maior da instrução popular organizada em profissionais mais capacitados a entender na psicologia questões referentes ao ato de educar (AGUIAR, 2000).

Outra proposta interessante do *Pedagogium* foi a criação da Escola Modelo, onde escola serviria de forma produtiva ao *Pedagogium*, pois, os métodos, processos e formas de ensino discutidos e avaliados poderiam ser experimentados na Escola Modelo, ou seja, a intenção era tornar na Escola Modelo, o modelo de escola a ser seguida no país baseado em seus avanços.

Seguindo, fechamos o quadro de propostas principais do *Pedagogium* com a criação de museus escolares e exposições escolares, duas propostas que a meu ver se caracterizam como um grande incentivo a cultura e a obtenção de conhecimento, pois, o museu escolar seria utilizado para o ensino de lições das coisas, noções concretas de ciências físicas e história natural. E nesta ideia a concepção de oferecer as crianças mais humildes a ideia exata de tudo que faz parte do seu mundo.

E por fim, as exposições escolares que desejavam demonstrar o progresso realizado nas escolas em um dado período, além de valorizar o zelo, dedicação e solicitude de cada professor em benefício da escola e dos seus alunos. Neste processo contavam-se duas seções do que era ensinado: em primeiro lugar compreenderiam trabalhos clássicos de alunos e de professores; e a segunda, material de ensino.

O Pedagogium vislumbrava os avanços rumo a uma sociedade receptora de um conhecimento diversificado, Tal qual o modelo de Museu Pedagógico europeu se prestou a formular políticas pedagógicas para o avanço da instrução popular.

O museu pedagógico brasileiro encerraria suas ações em 1919. Apesar de sua contribuição extensa na educação das camadas populares. A Instituição Pública teve a força orçamentária reduzida ao longo dos anos pela República. Em menos de 3 anos já estava diminuída ao cargo de Instituto Público do Distrito Federal, residindo e recebendo verbas cada vez menores do Município do Rio de Janeiro, que era a capital nacional. No fim, o que se pode perceber é que Pedagogium teve um grande valor na educação brasileira da época, e seu fechamento foi motivo de grande amargura por parte de Manoel Bomfim, que até o fim de sua vida defendeu a importância de uma educação de qualidade para formar uma população capaz de gerar um país forte. (AGUIAR, 2000).

4 CIEP, a proposta de educação pública integral para a população mais pobre

Neste segundo momento trabalho em cima do segundo projeto pesquisado no trabalho acadêmico, onde analisei o plano acerca dos Centros Integrados de Educação Pública, que foram criados no período entre 1983 a 1994 no Estado do Rio de Janeiro. Os CIEPs foram arquitetados e organizados na gestão do Governador Leonel de Moura Brizola (1922-2004) e pelo Vice-Governador e Secretário de Estado de Ciência e Cultura do Estado do Rio de Janeiro Darcy Ribeiro (1922-1997). O CIEP na sua criação já se notabilizou por ser a primeira escola pública de dia completo, ou seja, a instrução popular seria tomada e exercida em horário integral no estado carioca. O modelo anterior de escolas no estado era regido em vários turnos escolares atendendo de forma parcial os alunos da rede pública estadual. A escola anterior trazia problemas de ineficácia pedagógica que estavam gerando altos índices de repetência e de evasão escolar (RIBEIRO, 1986). Abaixo segue uma breve argumentação acerca dos CIEPs.

(...) Os CIEPs foram concebidos por meu avô Brizola e por Darcy Ribeiro para ser o útero do povo brasileiro, para dar proteção, educação, saúde e promover a autoestima das crianças e jovens através da escola de boa qualidade, uma escola que os alunos tivessem orgulho de estudar. A arquitetura moderna de Oscar Niemeyer, outro grande humanista, dava forma ao conteúdo daquele projeto extraordinário, dava magnitude à decisão política de valorizar a educação pública, que estava à zero naquele momento. A coisa estava tão ruim depois de duas décadas de ditadura, que se desmontou a educação pública de qualidade em prol do ensino privado. Só uma revolução educacional poderia reverter o quadro que se apresentava quando meu avô assumiu o poder. O povo estava todo fora da escola e não havia vaga para quase ninguém. A desigualdade social e racial era absurda e saltava aos olhos de quem tinha sensibilidade política e compromisso social com o povo, como era o caso de meu avô. (BRIZOLA NETO, 2012)

Esta argumentação feita pelo neto do ex-governador Brizola vem para corroborar com as propostas que serão apresentadas ao longo do artigo sobre o que se pensou e o que se fez acerca da instrução popular mediante as idéias de Darcy Ribeiro e Leonel Brizola onde a educação para eles deveria ser vista como uma questão que ultrapassava o limite da escola, conforme veremos nas características dos CIEPs seguindo o objetivo de produzir a instrução popular das classes oriundas da pobreza.

Entre as diversas características e propostas acerca dos CIEPs, início tratando sobre o funcionamento das redes escolares em horário integral onde as escolas funcionavam das 8 horas da manhã às 5 horas da tarde, com capacidade máxima de até 1000 alunos. Os CIEPs além das aulas em horários normais se encarregavam de proporcionar mais 5 horas adicionais, antes ou depois das aulas, para dar-lhes uma refeição, estudo dirigido, recreação e atividades culturais. As séries eram oferecidas em cursos de CA à 4ª série ou então de 5ª à 8ª série. O CIEP também utilizava seu espaço para atender aos jovens de 14 a 20 anos, no horário noturno das 18 Às 22 horas. O modelo de atuação dos CIEPs foi pensando no sistema integral de ensino baseado em países como o Uruguai e o Japão (RIBEIRO, 1986).

5 CIEP, a arquitetura de educação pública

Sobre a estrutura dos CIEPs que também percebo que é de fundamental importância trazer a este artigo, sobretudo pelas estruturas atuais que temos nos colégios estaduais, mas, enfim. A estrutura do CIEP foi fruto da obra projetada por Oscar Niemeyer (1907-2012), amigo de Brizola e defensor do CIEP. A construção possuía três blocos. Um bloco principal com três andares, onde constavam as salas de aula, um centro médico, cozinha e um refeitório, fora as áreas de apoio e recreação. No bloco seguinte, construiu o ginásio coberto com arquibancadas e uma abrangência a vários esportes, por isso foi denominada de Salão Polivalente. Fora isso, os SPs eram utilizados para apresentações teatrais, shows de música, festas, atividades culturais em geral. No terceiro bloco, de forma octogonal situava-se a biblioteca e, sobre ela, as moradias para alunos residentes.

Nos CIEPs foram adotadas ações importantes para promover programas que diminuíssem ao máximo a evasão escolar. Dentre os quais podemos anotar: O estímulo as atividades esportivas e participações dos alunos em eventos culturais com o objetivo de elevar o rendimento global do aluno, e, por conseguinte a sua auto-estima (RIBEIRO, 1986). O CIEP comprometeu-se com a realidade dos alunos, ou seja, comprometeu-se com as dificuldades oriundas de suas casas, famílias e comunidades que fazem efeito ao ato de

aprender nas crianças. A desnutrição atingida por essas crianças inviabilizavam o ensino, então, os CIEPs supriam as necessidades alimentares de seus alunos. Além disso, os CIEPs forneciam uniformes e materiais escolares gratuitamente e também a assistência médica necessária para tratar doenças infecciosas, deficiências auditivas e problemas dentários. Brizola e Darcy comprometem-se a responder sobre as críticas que sofreram ao adotar estas medidas e respondem que: *“Paternalismo? Não: política realista, exercida por quem não deseja ver a educação das classes populares reduzida a mera falácia ou, o que é pior, a educação nenhuma.”* (RIBEIRO, 1986, P.48).

Os CIEPs também exerciam a função de autênticos centros culturais e recreativos numa perspectiva de integração com a comunidade. E a essa integração que era produzida entre a escola e a comunidade, Darcy Ribeiro também destacava que esta mesma integração deveria servir de exemplo para a interdisciplinaridade onde, cada professor agregaria e reforçaria o trabalho dos demais. Para Ribeiro o que se aprendia no CIEP deveria ser levado para as ruas e a experiência cultural de cada comunidade deveria ser posta para dentro do “Brizolão” também, numa atitude de troca que para ele fortaleceria comunidade e escola, beneficiando seu maior interessado: o aluno.

Brizola e Darcy tinham a consciência de que só coibir a evasão escolar não era o bastante, e por isso adotaram medidas para reforçar a luta contra o analfabetismo nas áreas mais carentes em que os CIEPs se instalavam. Esse programa de luta a favor do letramento baseava-se numa alfabetização em três frentes, que obteve um atendimento aos alunos da 5ª série, que obtinham os maiores índices de repetência. Esta etapa compreendia que, as classes de 5ª série seriam tratadas como classes experimentais e, como tal, teriam maior apoio, com material específico e orientação pedagógica intensiva. Darcy considerou esta medida como um avanço, pois, para ele a concepção dos governantes anteriores de “tomar em seu caminho uma postura contrária ao sistema de ensino anterior que legitimava uma escola antipopular e elitista, que se excluía os piores e premiavam os melhores” (RIBEIRO, 1986). Na premissa proposta no parágrafo acerca da luta ostensiva contra o analfabetismo buscou em seus anos ativos erradicar o fenômeno indesejável da repetência e do baixo nível de aprendizagem, e isso só se fez positivamente porque se acreditou no processo de instrução popular que pensou mudar as estruturas e problemas de raiz da nossa educação. Brizola e Darcy não pensaram o CIEP para o Rio de Janeiro, pensaram para o Brasil.

Os CIEPs nas administrações posteriores passariam por um processo de esgotamento e improdutividade tamanha a ponto de relegarem os CIEPs a função de escolas sem horário integral, e sem as suas funções originais que deram sentido a sua criação. Antes de iniciar o

próximo assunto acerca do artigo, tomei a liberdade de expor alguns trechos da carta de Darcy Ribeiro para o Governador Marcelo Alencar, onde Ribeiro suplica pela não retirada das funções totais dos CIEPs no Estado do Rio de Janeiro pelo governante M. Alencar. Segue Alguns trechos da carta.

(...) Repete no Rio, sessenta anos depois, o desastre que recaiu sobre Anísio Teixeira, que viu o seu programa educacional extinto por obscurantismo. (RIBEIRO,1995)

(...) Em lugar de ir-se estendendo a todo sistema educacional do Rio a nova pedagogia, comprovadamente eficaz, que se criou experimentalmente em anos de esforços, o que se fez foi atirar tudo no atraso e descaso, com total desprezo pelo destino de um enorme alunado. (RIBEIRO,1995)

(...) Extinguem-se 406 CIEPs do Estado, determinado sua fusão na rede convencional, com o abandono conseqüente de mais de 300 mil alunos de 1ª a 5ª séries, que neles estudavam em regime de dia completo. (RIBEIRO,1995)

(...) Assinale-se que deixamos 5011 alunos residentes nos CIEPs aos cuidados de pais sociais, o que constitui o maior, o mais barato e o mais eficiente sistema de atendimentos aos menores de rua. Número que foi reduzido a cerca de 1000 e está ameaçado de novos cortes. (RIBEIRO,1995)

(...) Muitíssimos educadores do Brasil e no mundo, que tem os olhos postos nesse empreendimento educacional, extraordinário por sua modernidade e eficácia, bem como por sua relevantíssima significação social, vêm com pasmo esse retrocesso. (RIBEIRO,1995)

Darcy Ribeiro por meio da carta tentou sensibilizar Marcelo Alencar, o então governador do Estado fluminense a não retroceder com as políticas educacionais e, sobretudo não acabar com os projetos pensados e seguidos nos CIEPs.

6 *Pedagogium* e CIEP, duas propostas de educação pública

O *Pedagogium* e os CIEPs foram propostas relacionadas à área da educação popular. E seguindo este artigo utilizarei algumas propostas dos projetos citados na pesquisa a fim de apresentá-las como propostas que poderiam ser usadas atualmente no sistema educacional.

Em primeiro lugar, podemos considerar como propostas viáveis para a melhoria da educação a criação da Escola Modelo (*Pedagogium*) e o modelo de ensino primário ofertado em tempo integral nos CIEPs. A escola primária dos CIEPs de Brizola e Darcy Ribeiro assim como a Escola Modelo que Manoel Bomfim dirigiu no *Pedagogium* se basearam em ideias que serviriam de aprendizagem para a forma de se tocar as séries iniciais e enfrentar o grande desafio de alfabetizar e instruir com vistas a construir a cidadania de milhares de brasileiros.

(...) A criança, com a sua simples leitura, já lucrará alguma coisa: aprenderá a conhecer um pouco do Brasil; terá uma visão, a um tempo geral e concreta, da vida brasileira – as suas gentes, os seus costumes, as suas paisagens, os seus aspectos distintivos (...) (ALVES FILHO, 2013, P.50)

Darcy complementa sobre as responsabilidades gerais da instrução primária dizendo que “aprender a ler não é apenas conseguir decifrar um código de letras. É também aprender a ler o mundo, num processo de assimilações e acomodações” (RIBEIRO, 1986, P.51).

(...) Nesta primeira etapa, as classes de alfabetização e a quinta série são tratadas como classes experimentais e, como tal, tem maior apoio com material específico e orientação pedagógica intensiva (...) (RIBEIRO, 1986, p.49)

Nos dois exemplos a valorização dos indivíduos é vista como uma relação fundamental para estimular o aluno a reconhecer-se de forma que no seu autoconhecimento ele possa se descobrir enquanto pessoa e, sobretudo para exercer a sua cidadania. Nas palavras do antropólogo e educador Darcy Ribeiro esse processo dado no ensino primário “também realiza uma conceituação e uma interpelação crítica da realidade social” (RIBEIRO, 1986, P.51).

Outra característica importante que podemos reutilizar tanto do Pedagogium quanto dos CIEPs seria a forma como os dois projetos identificaram e se apropriaram das ideias referentes ao incentivo a cultura. O Pedagogium retratou em suas exposições escolares, e em suas matérias na Revista Pedagógica uma valorização acerca deste tema, seguindo as idéias de seu Diretor Manoel Bomfim que acreditava no papel da cultura aliada à educação como a “definição de um progresso da própria sociedade como um todo, passando pela cultura de cada elemento social” (BOMFIM, 1931, P.43).

Em relação aos CIEPs Darcy Ribeiro observa na cultura um fator de integração onde cada elemento social que constitui a sua participação nos CIEPs esteja valorizado e correspondido e “no contexto de uma relação mais ampla com a comunidade, a escola se integra à comunidade, contribuindo para a educação coletiva” (RIBEIRO, 1986, P.49). Tal importância é traduzida em mais uma passagem de Ribeiro, onde.

(...) A educação não pode ser dissociada das manifestações culturais e artísticas, sobretudo daquelas que já se desenvolvem no interior da própria comunidade. Afinal, elas são a ponte viva que leva a comunidade para dentro da escola (...) (RIBEIRO, 1986, P.49)

Destacam-se também a formação continuada dos professores. No Pedagogium, a formação continuada dos educadores foi assentada em cursos de “aperfeiçoamento e de curta duração, e sempre com enorme concorrência de público” (AGUIAR, 2000, P.196). Cursos que procuravam desenvolver e fortalecer os conhecimentos que o professor primário já obtinha, conforme Camara Bastos nos descreve.

(...) Afim de exercer a delicada função de educador do povo; para agregar os professores, estreitando-lhes as relações fraternais e combatendo todas as causas que possam concorrer para destruir o espírito de classe, a solidariedade profissional. Oferecendo aos professores públicos e particulares os meios de

instrução profissional de que possam carecer, a exposição dos melhores métodos e do material de ensino mais aperfeiçoado(...) (BASTOS, 2000, P.13)

Nos CIEPs, os cursos ministrados para os educadores fluminenses faziam parte da capacitação do magistério proposta por Ribeiro e Brizola, que também ocorriam na forma de encontros pedagógicos e tinham como objetivo o aperfeiçoamento profissional e a reflexão acerca da prática dos educadores. Segundo Darcy essa capacitação pretendia-se imprimir “tomando como base de toda a proposta a criança das camadas populares, e não mais um aluno “ideal” das camadas médias e ricas da sociedade” (RIBEIRO, 1986, P.83). As CPTs (Consultoria Pedagógica de Treinamento) exerciam nos CIEPs a função de criar espaços onde a reflexão crítica sobre os problemas e soluções ligadas à educação pública fossem discutidas (RIBEIRO,1986).

Considerações finais

O que podemos levar de aprendizado e tomarmos como lição para futuras experiências acerca do trato com a instrução popular no país, é que tanto Manoel Bomfim com o *Pedagogium* e Darcy Ribeiro com os CIEPs escreveram e praticaram ações que buscavam a ideia de um desenvolvimento necessário, conforme nos explica o Sociólogo Ronaldo Conde Aguiar, ao passo que “a um esforço substancial da instrução básica, a partir do qual o indivíduo brasileiro pudesse se inserir na civilização letrada” (AGUIAR, 2000, P.192).

A educação de cunho popular caminhará aos rumos de uma educação crítica, que implicaria numa educação autônoma que manteria os traços das suas gentes, a valorização da sua cultura e de seus saberes que o aluno traz de sua vivência a fim de prover resultados que se fundariam “na ética, no respeito, à dignidade, e a própria autonomia do próprio educando” (FREIRE, 2000, p.11).

A instrução social das classes populares compreendidas e conforme os estudos baseados nos projetos educacionais do *Pedagogium* e dos CIEPs que devem passar pela esfera governamental. Sendo, as esferas governamentais que proverá com os seus recursos a educação que nos falta e que sobra às elites, a fim de diminuir as disparidades que ainda existem em pleno século XXI. Porém, ao passo de diminuir tais disparidades, faz-se o contrário, é efetuado ao passo de acentuarem cada vez mais o abismo entre a instrução popular e a instrução da elite. É nesta problemática social que as lições acerca dos projetos pesquisados até então em nosso trabalho acadêmico mostra que, “a política realista dos CIEPs” (RIBEIRO, 1986) e a “nacionalização da escola” (BOMFIM, 1931) passam pelo papel do Estado em garantir e ser este o mantenedor da instrução popular, e que, sem ele não

será possível formarmos um país mais próspero para o povo (ALVES FILHO, 2013). A política realista dos CIEPs tratou de compreender e solucionar os problemas relacionados à carência dos alunos da rede pública estadual de ensino onde a questão central, não girou em torno de um assistencialismo, pois, buscou os requisitos básicos para que esses alunos tivessem condições mínimas de estudar com a dignidade que toda a criança merece (RIBEIRO, 1986). A nacionalização da escola por Manoel Bomfim, já pensada enquanto diretor do Pedagogium, e registrada em seu livro *Cultura e Educação do Povo Brasileiro* a unificação do ensino nacional e o papel da União seriam de fundamental importância para esparramar o ensino popular e primário as regiões mais carentes.

Concluo este artigo com uma breve citação de Bomfim mostrando a indiferença das elites brasileiras ao destino do povo. Onde me proponho a deixá-la para que o leitor reflita sobre tais palavras e se há certa atualidade no trecho referido.

(...) Em verdade, o que se pretende, com essa política de indiferença pelos destinos da nação, é que o Estado seja, apenas um proveito imediato para aqueles que se apoderam. Os recursos do Estado convertem-se em patrimônio de uma classe; o poder do Estado é a força com que essa classe mantém a política, absurda e criminosa, de que se aproveita (...) (BOMFIM, 1931, p.24).

Referências bibliográficas

AGUIAR, Ronaldo Conde. **O rebelde esquecido: Tempo, vida e obra de Manoel Bomfim**. Rio de Janeiro, Topbooks, 2000.

ALVES FILHO. Aluizio. **Manoel Bomfim: Combate ao Racismo, Educação Popular e Democracia Radical**. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

BARBOSA, Rui. **Reforma do ensino primário e várias instituições complementares da instrução pública** (In: BARBOSA, Rui. *Obras Completas*, volume x, 1883, tomo III. 1947. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Saúde, p.190) .

BASTOS, Maria Helena Camara. **Ferdinand Buisson no Brasil – Pistas, vestígios e sinais de suas idéias pedagógicas (1870-1900)**. *Histórias da Educação*. ASHPE/FaE/UFPel, Pelotas (8): 79 – 109 , set. 00. <<http://www.seer.ufrgs.br/asphe/article/viewFile/30140/pdf>>. Acesso em: 18 abr. 2014.

BOMENY, Helena. **Darcy Ribeiro: sociologia de um indisciplinado**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.

BOMFIM, Manoel. **América Latina: males de origem**. Rio de Janeiro, Garnier, 1905.

_____. **Cultura e educação do povo brasileiro**. Rio de Janeiro: Pongetti, 1932.

CAVALIERE, Ana Maria & COELHO, Lígia Martha. Para onde caminham os CIEPS? Uma análise após 15 anos. In: **Cadernos de Pesquisa**, n. 119, p. 147-174, julho/ 2003. Rio de Janeiro.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. RJ: Paz e Terra, 2000.

GONDRA, José Gonçalves. O veículo de circulação da pedagogia oficial da República: a *Revista Pedagógica*. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília, v. 78, n. 188/189/190, p. 374-395, 1997.

LEMONS, Renato. **Benjamin Constant - vida e história**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999

NAGLE, J. A educação na Primeira República. In: FAUSTO (dir.). **História Geral da Civilização Brasileira. III: O Brasil Republicano 2**. Sociedade e instituições. São Paulo: Difel, 1985, p. 261-291.

ROCHA POMBO, José Francisco da. **Volume IV. História do Brasil**. Rio de Janeiro: W. M. Jackson, 1935.

RIBEIRO, Darcy. Manuel Bomfim, antropólogo. In: **Revista do Brasil**. Ano I, nº 2. Rio de Janeiro: Secretaria de Ciência e Cultura, 1984.

_____. **O Livro dos CIEPs**. Rio de Janeiro: Bloch Ed. 1986.

STRECK, Danilo (Org.). **Fontes da pedagogia latino-americana: uma antologia**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO (1994) **Balço da Educação no Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, (impresso).

História da Educação, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, v. 13, n. 28 p. 253-290, Maio/Ago 2009.
Disponível em: <http://fae.ufpel.edu.br/asphe>
Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.44, p. 293-307, dez2011 - ISSN: 1676-2584

R.bras. Est. Pedag., Brasília, v.78, n. 188/189/190, p.374-395, jan/dez. 1997

História da Educação, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, v. 13, n. 29 p. 233-273, Set/Dez 2009.
Disponível em: <http://fae.ufpel.edu.br/asphe>